



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER Nº 2266/2015 DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 331/15.

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Anibal de Freitas, dispõe sobre a obrigatoriedade de hospitais públicos e privados conveniados ao Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Município de São Paulo, informarem sobre o direito de parturientes a acompanhante, e dá outras providências.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela legalidade com apresentação de substitutivo para adequação do projeto ao princípio da isonomia, assegurado constitucionalmente, sobre a necessidade de todos os hospitais situados no Município de São Paulo, públicos e privados, informarem sobre o direito das parturientes, independente de serem conveniados ao Sistema Único de Saúde.

A propositura visa instituir a obrigatoriedade do acesso às informações as pacientes sobre o direito a ter acompanhante durante o trabalho de parto e no pós-parto nos hospitais públicos e privados que deverá ser garantido por lei municipal, pois, esse direito, ainda é descumprido e desconhecido por grande parcela da população.

Segundo o autor a iniciativa tem por objetivo garantir o acesso da população em geral à informação de que parturientes e gestantes têm direito a acompanhante durante o trabalho de parto, no parto propriamente dito, e no pós- parto imediato.

O momento do parto e nascimento marca o final de um ciclo que apresenta dificuldades físicas próprias e que necessitam de uma compreensão planejada, para valorização do atendimento humanizado e com qualidade, conforme está previsto nas portarias, nas normativas e na legislação, tendo principalmente a meta da diminuição de risco para a saúde da mãe e da criança.

A mulher, nessa importante fase de sua vida, pode ser acompanhada pelo parceiro ou qualquer pessoa de sua confiança.

Por outro lado, alguns procedimentos utilizados na hora do parto devem ser decididos também por critérios técnicos da equipe de saúde e algumas vezes estes são emergenciais e decididos no momento. Para tanto é importante o preparo dos profissionais das equipes de saúde para uma escuta ativa da parturiente, para deixar que ela fale quando sentir necessidade, estimulando uma maior receptividade, atitudes e uma comunicação que ofereça acolhida e principalmente, cuidado. Tudo isso buscando estimular a confiança, a orientação da mulher e da sua família, e possibilitar a aproximação destes nas decisões que forem necessárias.

Portanto, considera-se que a iniciativa é relevante e de interesse público, face ao exposto, a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, no âmbito de sua competência, manifesta parecer favorável na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, 02 de dezembro de 2015.

Calvo - (PMDB) - Presidente

Patrícia Bezerra - (PSDB)

Anibal de Freitas Filho - (PSDB)

Natalini - (PV)

Wadih Mutran - (PP) - Relator

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 03/12/2015, p. 174

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.